

A. I. Nº - 0009112243/04
AUTUADO - M. DOS SANTOS BARBOSA
AUTUANTE - HELENA DOS REIS REGO SANTOS
ORIGEM - IFMT/NORTE
INTERNET - 02. 03. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0045-04/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovado o cometimento da infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Lavrado em 25/11/2004, o Auto de Infração, acima identificado, faz exigência de multa no valor de R\$690,00, em decorrência de venda de mercadoria à consumidor final desacobertada de nota fiscal, apurada através de auditoria de caixa.

Na sua alegação de defesa (fl. 14), o autuado ressaltou que a multa aplicada era altíssima para ele e que estava sendo perseguido pelos seus concorrentes, uma vez que estava sendo obrigado a pagar multa, de igual forma, ao Ministério do Trabalho e outros órgãos. Assim, este montante comprometia a saúde financeira da empresa. Solicitou a redução da penalidade aplicada.

A autuante prestou informação, ratificando a irregularidade (fl. 24). Ressaltou, nesta oportunidade, que não aceitava o argumento de que a empresa estava sendo vítima de perseguição, uma vez que se estivesse realizando suas operações comerciais conforme determina a legislação vigente, o Auto de Infração não seria lavrado.

VOTO

A acusatória foi a aplicação de multa, no valor de R\$690,00, pela venda de mercadoria à consumidor final sem a emissão do documento fiscal, detectada através de auditoria de caixa.

O fisco estadual, no dia 25/11/2004, através de visita fiscal ao estabelecimento autuado, procedeu a uma auditoria de caixa, objetivando comprovar se existiam vendas à consumidor final sem emissão de notas fiscais, já que a Secretaria da Fazenda havia recebido denúncia contra o autuado por tal razão. Nesta auditoria, verificou a existência da quantia de R\$240,00 decorrentes de vendas sem notas fiscais.

O autuado como razão para desconstituir a penalidade aplicada, disse que estava sendo perseguido por seus concorrentes, inclusive se encontrava com problemas junto ao Ministério do Trabalho e outros órgãos. Solicitou que a multa fosse reduzida.

No mais, determina o art. 42, XIV-A, “a” da Lei nº 7.014/96:

Art. 42 - Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

XIV-A - R\$690,00 (seiscentos e noventa reais), aos estabelecimentos comerciais:

- a) que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente;*
- b)*

Diante das determinações legais, emanadas da legislação tributária vigente, a infração esta caracterizada, não havendo determinação legal de sua dispensa ou redução a não ser pelos motivos

indicados na norma vigente, os quais aqui não se aplicam.

Voto pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **0009112243/04**, lavrado contra **M. DOS SANTOS BARBOSA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a” da Lei nº 7.014/96, acrescentado pela Lei nº 7.438/99, de 18/01/99, com alterações da Lei nº 7.556 de 20/12/99, nº 7.753 de 13/12/00 e nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de fevereiro de 2005.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

MÔNICA MARIA ROTERS - RELATORA

LUIS ROBERTO DE SOIUSA GOUVÊA - JULGADOR